



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

NOVA REALIDADE NA POLÍTICA

A política brasileira depara-se com mais um desafio: a Inteligência Artificial (IA) que influencia na linguagem, no conteúdo e na velocidade de circulação de informação na opinião política, ainda mais em um processo eleitoral que é intensivo nesse processo, especialmente a partir das redes sociais. IA poderá ser um catalisador de mudança na linguagem da política e eleições como foram a TV nos anos 1980 e a influência online nos últimos dez anos.

REGULAÇÃO ELEITORAL BRASILEIRA CONSIDERA A IA

Resolução do TSE regula que a inteligência artificial só poderá ser usada na propaganda eleitoral, em qualquer modalidade, com aviso explícito de que o conteúdo foi gerado por IA. Também candidato ou candidata que utilizar deepfake poderá ter registro ou mandato cassado, de acordo com os procedimentos da lei eleitoral. Não fica clara, na legislação, o que poderá acontecer em caso de deepfake produzido ou disseminado por apoiador espontâneo de determinado(a) candidato(a).

DESTAQUES INTERNACIONAIS NA REGULAÇÃO DE CONTEÚDO

O Canadá tem sido um dos países com maior destaque e regulação mais completa; a Lei de Inteligência Artificial e Dados (AIDA), apresentada ao Parlamento Canadense pelo Primeiro-Ministro Trudeau no último dia 26 de fevereiro busca reduzir a exposição a conteúdo nocivo, o que inclui bullying e sexualização de crianças, além de incitação a extremismo político, violência ou ódio. A legislação se aplicará a empresas de mídia

social, streaming ao vivo e conteúdo adulto, a partir de determinado número de usuários. O Parlamento Europeu aprovou o AI Act em 13 de março desse ano, sendo que este será regulamentado e ajustado para execução pelos países membros a partir de abril; envolve um Plano Coordenado, um pacote de inovações, medidas de segurança e garantia de direitos individuais. Nos EUA, o Senado tem ouvido os grandes players da indústria, criou uma câmara bipartidária desde 2019 e já há vários projetos de lei apresentados, como o AI Lead Act, mas ainda não houve regulamentação oficial.

CAMINHOS DE EVOLUÇÃO

Ao mesmo tempo em que especialistas destacam a urgência de um marco geral provisório, uma solução propositiva e positiva no Brasil depende de um debate mais ampliado e multissetorial. É importante evitar o risco de uma "hype" e falta de foco nas regulações, evitando com que estas sejam genéricas e inócuas.

IA TERÁ TRANSIÇÃO INCLUSIVA OU AUMENTA DESIGUALDADES?

O Papa Francisco expressou preocupação e reforça a necessidade de regulação global para evitar agravamento das desigualdades e desumanidade. Esse aspecto é convergente com projeções que começam a surgir, especialmente nos EUA e Europa, de aumento de produtividade derivado da IA, porém com redução significativa de postos de trabalho em alguns segmentos de atividade. Estas projeções ainda não foram realizadas para o Brasil.



Em 2022, o ex-presidente dos EUA **DONALD TRUMP** lançou sua própria plataforma, a Truth Social, após ser o primeiro líder de um país a ser banido das principais redes sociais no ano anterior.



SUHARTO, ditador da Indonésia morto em 2008, "ressuscitado" por IA às vésperas de eleições, **mostrou o quanto a IA com deepfakes pode ser deletéria ao processo democrático.**



A UNESCO reconhece onze áreas de políticas públicas impactadas e envolvidas com a IA, e que precisam trazer respostas e soluções no futuro presente.



NA AGENDA DO CONGRESSO

A Comissão Interna Temporária sobre Inteligência Artificial do Senado analisa o Projeto de Lei PL 2338 - Marco Legal da Inteligência Artificial, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) tendo como relator o Senador Eduardo Gomes (PL-TO). O prazo para análise foi prorrogado até 23/05. No dia 24/4 o relator apresentou na Comissão Interna a versão preliminar do relatório. Emendas e sugestões de mudanças no texto serão aceitas até 9/5.



NO DEBATE NACIONAL PARA O CONGRESSO

O relator do PL 2338 destaca a necessidade de ampliar as contribuições e o debate econômico e da necessidade de equilibrar regulação do mau uso e restrições à inovação e uso da IA no sentido competitivo, para que o Brasil não fique para trás. Os setores vinculados à inovação, conteúdo digital e indústria estão organizando foros para ampliar a discussão do modelo brasileiro.



PENSATA

COMO IA PODE AJUDAR A REDUZIR, EM VEZ DE APROFUNDAR, A DIVISÃO POLÍTICA EM QUE VIVEMOS?

Pesquisa Quæst divulgada em 10/3/2024 aponta que 83% dos brasileiros percebem que o Brasil está "mais dividido". A mesma pesquisa apontava que 64% tinham a mesma percepção em outubro/2023. Por outro lado, a percepção de "País mais unido" atinge apenas 13% dos entrevistados. As iniciativas de aceleração do processo de "Letramento Digital" podem apontar soluções nesse sentido, desde que os valores democráticos sejam disseminados a partir de princípios de colaboração e sociabilidade. É um desafio de "queima de etapas" para um Brasil que apresenta ainda problemas com o processo de letramento e educação tradicional.

"Prestes a completar 60 anos, o MDB defende a liberdade de imprensa desde a sua fundação em plena ditadura militar. Porque imprensa livre é sinônimo de democracia, algo que precisa ser valorizado cada vez mais. Em 2024, celebraremos os 40 anos da campanha de Diretas Já, que contou com a corajosa cobertura jornalística de muitos veículos. É um ano de eleição. Ano de combater fake news e valorizar o jornalismo."

Baleia Rossi, Presidente do MDB